

Marcelo Zago & Flávio Rolim

# Peça Prática

COORDENAÇÃO  
Cláudia Barros  
Filipe Ávila  
Rogério Greco

2ª edição  
revista,  
atualizada  
e reformulada

# Decifrada

para

# Delegado de Polícia



EDITORA  
MÉTODO

- Os autores deste livro e a editora empenham seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelos autores até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 13.02.2023
- Os autores e a editora se empenham para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa  
*Copyright © 2023 by*  
**Editora Forense Ltda.**  
*Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*  
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar  
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040  
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Esta obra passou a ser publicada pela Editora Método | Grupo GEN a partir da 2ª edição.
- Capa: Bruno Sales Zorzetto
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

---

F442p

Ferreira, Marcelo Zago Gomes

Peça prática decifrada para delegado de polícia / Marcelo Zago Gomes Ferreira, Flávio Rolim Pinheiro Resende; coordenação Cláudia Barros Portocarrero, Filipe Ávila, Rogério Greco. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2023.  
776 p. ; 23 cm. (Decifrado)

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5964-637-1

1. Delegacia de polícia – Concursos – Brasil. 2. Direito penal – Peças práticas. 3. Direito processual penal – Peças práticas. I. Resende, Flávio Rolim Pinheiro. II. Portocarrero, Cláudia Barros. III. Ávila, Filipe. IV. Greco, Rogério. V. Título. VI. Série.

22-81530

CDU: 343.2(81)



---

Gabriela Faray Ferreira Lopes – Bibliotecária – CRB-7/6643

# Sumário

Introdução .....	1
------------------	---

## **PARTE I** **Arcabouço Teórico Mínimo**

<b>1. Conceitos essenciais à atividade policial.....</b>	<b>5</b>
1.1 Polícia e atividade policial .....	5
1.1.1 Órgãos policiais .....	9
1.1.2 Poder de polícia .....	15
<b>2. Introdução ao estudo do inquérito policial.....</b>	<b>17</b>
2.1 Persecução criminal e investigação preliminar .....	17
2.2 Inquérito policial .....	17
2.3 Natureza jurídica e valor probatório do inquérito policial .....	19
2.4 Finalidade do inquérito policial.....	21
2.5 Outras investigações criminais .....	22
<b>3. Atribuição para a presidência do inquérito policial .....</b>	<b>25</b>
3.1 Atribuição em face da natureza da infração penal ( <i>ratione materiae</i> ).....	25
3.2 Atribuição em face do local da consumação da infração penal ( <i>ratione loci</i> ).....	27
<b>4. Características do inquérito policial.....</b>	<b>29</b>
4.1 Documentado.....	29
4.2 Sigiloso .....	30

4.3	Oficial .....	34
4.4	Inquisitorial .....	37
4.5	Oficioso .....	39
4.6	Discricionário.....	40
4.7	Indisponível .....	41
4.8	Temporário .....	41
<b>5.</b>	<b>Formas de instauração do inquérito policial .....</b>	<b>43</b>
5.1	Análise preliminar dos instrumentos de instauração do inquérito policial.....	43
5.1.1	Crimes de ação penal pública incondicionada .....	44
5.1.2	Auto de prisão em flagrante delito (APF) .....	49
5.1.3	Crimes de ação penal pública condicionada e de ação penal de iniciativa privada .....	50
5.1.3.1	Crimes de ação penal pública condicionada à representação.....	50
5.1.3.2	Crimes de ação penal privada .....	53
<b>6.</b>	<b><i>Notitia criminis</i> .....</b>	<b>55</b>
6.1	Espécies de <i>notitia criminis</i> .....	55
6.1.1	<i>Notitia criminis</i> de cognição imediata (direta, espontânea).....	55
6.1.2	<i>Notitia criminis</i> de cognição indireta (mediata, provocada, qualificada)....	56
6.1.3	<i>Notitia criminis</i> de cognição coercitiva .....	56
6.2	<i>Delatio criminis</i> .....	56
6.3	<i>Notitia criminis</i> inqualificada .....	57
<b>7.</b>	<b>Inquérito policial e autoridades dotadas de prerrogativa de foro.....</b>	<b>61</b>
<b>8.</b>	<b>Diligências investigativas.....</b>	<b>67</b>
8.1	No âmbito do inquérito policial .....	67
8.1.1	Diligências investigativas ordinárias.....	67
8.1.2	Análise das providências ordinárias.....	68
8.1.2.1	Preservação do local do crime .....	68
8.1.2.2	Apreensão dos objetos após a liberação dos peritos criminais.....	69
8.1.2.3	Colheita de elementos informativos e provas .....	71
8.1.2.4	Oitiva do ofendido.....	72
8.1.2.5	Oitiva do indiciado.....	72

8.1.2.6	Reconhecimento de pessoas ou objetos/instrumentos e acareação .....	74
8.1.2.7	Determinar que se proceda a exame de corpo de delito e a quaisquer outras perícias, se for o caso .....	77
8.1.2.8	Identificação do indiciado/investigado .....	78
8.1.2.9	Análise da vida pregressa do investigado .....	79
8.1.2.10	Colheita de informações a respeito dos filhos menores .....	80
8.1.2.11	Reprodução simulada dos fatos (art. 7º do CPP) .....	80
8.2	Acesso aos dados cadastrais das vítimas e de suspeito .....	81
8.3	Requisição de informações acerca das estações de rádio base (ERBs) .....	82
<b>9.</b>	<b>Identificação criminal .....</b>	<b>85</b>
9.1	Identificação criminal ≠ qualificação do investigado .....	85
<b>10.</b>	<b>Encerramento da investigação .....</b>	<b>87</b>
10.1	Conclusão do inquérito policial .....	87
10.1.1	Prazo para conclusão do inquérito policial .....	87
10.1.2	Relatório da Autoridade Policial .....	89
<b>11.</b>	<b>Arquivamento do inquérito policial .....</b>	<b>91</b>
11.1	Alterações trazidas ao arquivamento pelo Pacote Anticrime .....	92
11.2	Decisão de arquivamento .....	94
11.3	Arquivamento sem alterações do Pacote Anticrime .....	95
11.4	Coisa julgada na decisão de arquivamento .....	96
11.5	Procedimento do arquivamento .....	99
11.5.1	Arquivamento implícito .....	102
11.5.2	Arquivamento indireto .....	103
11.5.3	Arquivamento em crimes de ação penal de iniciativa privada .....	104
11.6	Recorribilidade contra a decisão de arquivamento .....	104
11.7	Arquivamento determinado por juiz absolutamente incompetente .....	105
11.8	Desarquivamento do inquérito policial .....	105
11.9	Trancamento (ou encerramento anômalo) do inquérito policial .....	107
<b>12.</b>	<b>Outros instrumentos investigativos e controle externo da atividade policial .....</b>	<b>109</b>
12.1	Investigações conduzidas por comissões parlamentares de inquérito (inquéritos parlamentares) .....	109

12.2	Investigações no âmbito do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) .....	110
12.3	Atuação investigativa no âmbito de infrações militares .....	110
12.4	Investigação pelo Ministério Público .....	111
12.5	Inquérito civil .....	113
12.6	Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) .....	113
12.7	Procedimento de Apuração de Ato Infracional (PAAI) .....	113
12.8	Investigação conduzida por detetive particular (Lei nº 13.432/2017) .....	114
12.9	Controle externo da atividade policial .....	115

## **PARTE II**

### **Peças Práticas Internas**

<b>13.</b>	<b>Estudo das peças práticas internas .....</b>	<b>119</b>
13.1	Relevância do estudo das peças práticas profissionais .....	119
13.2	Atos internos e externos .....	119
13.3	Descrição dos fatos objeto de investigação .....	121
<b>14.</b>	<b>Portaria inaugural .....</b>	<b>127</b>
14.1	Estrutura da Portaria .....	129
<b>15.</b>	<b>Materialização das diligências investigativas e dos autos respectivos .....</b>	<b>145</b>
15.1	Autos descritivos .....	147
15.1.1	Auto de reconhecimento de pessoa/coisa .....	148
15.1.1.1	Reconhecimento fotográfico ou fonográfico .....	149
15.1.1.2	Procedimento .....	149
15.1.1.3	Estrutura do auto de reconhecimento de pessoa/coisa ....	152
15.1.2	Auto de apreensão .....	155
15.1.2.1	Estrutura do auto de apreensão .....	156
15.1.3	Auto de acareação .....	160
15.1.3.1	Procedimento da acareação direta .....	161
15.1.3.2	Acareação indireta .....	163
15.1.3.3	Procedimento da acareação indireta .....	163
15.1.3.4	Estrutura do auto de acareação .....	164
15.1.4	Auto de reconstituição simulada dos fatos .....	168
15.1.4.1	Estrutura do auto de reconstituição simulada dos fatos ....	170
15.1.5	Auto de exumação .....	175
15.1.5.1	Autópsia e exumação para exame cadavérico .....	176

15.1.6	Auto de uso de algemas .....	182
15.1.6.1	Estrutura do auto de uso de algemas .....	184
15.1.7	Auto de destruição de drogas (Lei nº 11.343/2006) .....	187
15.1.7.1	Destruição imediata de plantações ilícitas de drogas .....	188
15.1.7.2	Destruição de drogas apreendidas.....	190
15.1.7.3	Estrutura do auto de destruição de drogas.....	192
15.2	Auto complexo .....	195
15.2.1	Prisão em flagrante.....	195
15.2.2	Audiência de custódia.....	197
15.2.3	Natureza jurídica da prisão em flagrante .....	198
15.2.4	Sujeito ativo da prisão em flagrante .....	200
15.2.5	Modalidades de prisão em flagrante .....	200
15.2.6	Prisão em flagrante em diversas hipóteses .....	204
15.2.6.1	Prisão em flagrante nos crimes permanentes .....	204
15.2.6.2	Prisão em flagrante em crimes habituais.....	205
15.2.6.3	Flagrante em crime de ação penal privada e em crimes de ação penal pública condicionada à representação.....	206
15.2.6.4	Prisão em flagrante em crimes formais .....	207
15.2.6.5	Flagrante nos crimes continuados.....	207
15.2.6.6	Prisão em flagrante e autoridades com prerrogativa de foro.....	208
15.2.6.7	Morte decorrente de intervenção policial .....	209
15.2.6.8	Auto de apreensão em flagrante.....	209
15.2.7	Prisão em flagrante e apresentação espontânea.....	211
15.2.8	Lavratura do auto de prisão em flagrante delito.....	211
15.2.9	Autoridade responsável pela lavratura do auto de prisão em flagrante....	212
15.2.10	Oitiva do condutor e testemunha.....	213
15.2.11	Prazo para a lavratura do auto de prisão em flagrante .....	214
15.2.12	Relaxamento da prisão em flagrante pela Autoridade Policial (flagrante negativo) .....	214
15.2.13	Estrutura do auto de prisão em flagrante .....	215
15.2.14	Despacho ordinatório – notas preliminares .....	218
15.2.14.1	Formalidades do flagrante.....	218
15.2.14.2	Formalidades referentes às garantias constitucionais do preso .....	218
15.2.14.3	Requisições e solicitações aos institutos de polícia técnica.....	219

15.2.14.4	Determinações finais.....	219
15.2.15	Modelo de auto de prisão em flagrante .....	219
15.2.16	Modelos de peças autônomas integrantes do auto de prisão em flagrante .....	223
<b>16.</b>	<b>Despachos .....</b>	<b>233</b>
16.1	Estrutura genérica dos despachos .....	234
16.2	Despacho ordinatório .....	235
16.2.1	Formalidades do flagrante.....	236
16.2.2	Garantias constitucionais do preso .....	237
16.2.2.1	Expedição da nota de ciência das garantias constitu- cionais do preso.....	238
16.2.3	Requisições e solicitações aos institutos de polícia técnica.....	238
16.2.4	Determinações finais.....	239
16.3	Outros despachos.....	244
16.3.1	Despacho requerendo a prorrogação do prazo com investigado solto (Justiças Estadual e Federal) .....	244
16.3.2	Despacho determinando a identificação criminal .....	246
16.3.3	Despacho determinando a reprodução simulada dos fatos.....	246
16.3.4	Despacho concessivo/negativo de vistas ao inquérito policial envol- vendo organização criminosa.....	247
16.3.5	Despacho determinativo de diligências.....	250
<b>17.</b>	<b>Decisão/ato/despacho de indiciamento .....</b>	<b>255</b>
17.1	Concepção de indiciamento ante a teoria da <i>tríplice opinio delict</i> .....	256
17.1.1	Momento .....	258
17.1.2	Espécies.....	259
17.1.3	Pressupostos .....	259
17.1.4	Atribuição .....	260
17.1.5	Sujeito passivo.....	261
17.1.6	Afastamento do servidor público de suas funções como efeito automático do indiciamento em crimes de lavagem de capitais .....	262
17.2	Desindiciamento.....	263
17.3	Estrutura de decisão/ato/despacho de indiciamento .....	263
<b>18.</b>	<b>Medida protetiva de afastamento do lar decretada pela Autoridade Policial no âmbito da Lei Maria da Penha – Lei nº 11.340/2006 .....</b>	<b>273</b>
18.1	Tratamento convencional da violência doméstica e familiar.....	273

18.1.1	Convenções no âmbito das Nações Unidas.....	273
18.1.2	No âmbito da Organização dos Estados Americanos.....	274
18.1.3	Previsão constitucional e a Lei nº 11.340/2006.....	274
18.2	Atendimento pela Autoridade Policial.....	275
18.2.1	Oitiva da ofendida .....	276
18.2.2	Colheita de outras provas .....	278
18.2.3	Remessa do pedido de medidas protetivas .....	278
18.2.4	Determinação da realização de exames periciais .....	278
18.2.5	Oitiva do agressor e das testemunhas .....	279
18.2.6	Identificação do indiciado .....	279
18.2.7	Verificação de eventual registro de porte ou posse de arma de fogo por parte do agressor.....	279
18.3	Medidas protetivas de urgência .....	280
18.3.1	Natureza jurídica .....	281
18.3.2	Pressupostos .....	281
18.3.3	Rol de medidas protetivas .....	282
18.3.4	Procedimento para a decretação das medidas protetivas de urgência.....	284
18.3.5	Medida protetiva decretada pela Autoridade Policial.....	288
18.4	Afastamento do lar decretado pela Autoridade Policial (Lei nº 11.340/2006) .....	291
<b>19.</b>	<b>Medida protetiva de afastamento do lar decretada pela Autoridade Policial no âmbito da Lei Henry Borel – Lei nº 14.344/2022 .....</b>	<b>299</b>
19.1	Introdução .....	299
19.2	Objetivos e fundamentos .....	300
19.3	Do atendimento pela Autoridade Policial .....	302
19.4	Dever de proteção específico do delegado de polícia.....	303
19.5	Necessidade de depoimento especial e escuta especializada .....	303
19.6	Providências a serem adotadas pelo delegado de polícia no atendimento especial.....	304
19.7	Medidas protetivas de urgência .....	305
19.7.1	Natureza jurídica .....	305
19.7.2	Pressupostos .....	306
19.7.3	Hipóteses de medidas protetivas .....	307
19.7.4	Momento para a decretação.....	309
19.7.5	Legitimidade para pleitear a medida.....	309

19.8	Medida protetiva decretada pela Autoridade Policial.....	311
19.8.1	Afastamento do lar decretado pela Autoridade Policial.....	313

### **PARTE III**

## **Peças Práticas Externas**

<b>20.</b>	<b>Estudo das peças práticas externas .....</b>	<b>319</b>
20.1	Relevância do estudo das peças práticas profissionais.....	319
20.2	Atos externos: representações policiais.....	328
20.3	Estrutura genérica das representações policiais .....	328
20.3.1	Endereçamento .....	330
20.3.2	Juiz das garantias .....	331
20.3.3	Preâmbulo.....	334
20.3.4	Síntese dos fatos .....	335
20.3.5	Dos fundamentos .....	340
20.3.6	Do(s) pedido(s) e fechamento .....	344
20.4	Escolhendo a peça adequada das representações policiais .....	345
20.5	Modelo genérico de representação policial.....	346
<b>21.</b>	<b>Busca e apreensão domiciliar .....</b>	<b>349</b>
21.1	Conceito e natureza jurídica .....	349
21.2	Iniciativa.....	349
21.3	Representação por busca e apreensão .....	352
21.3.1	Requisitos genéricos.....	352
21.3.2	Requisitos específicos.....	353
21.4	Objetos passíveis de busca e apreensão .....	355
21.4.1	Prender criminosos .....	356
21.4.2	Apreender objetos achados ou obtidos por meio criminoso.....	357
21.4.3	Apreender objetos relacionados à falsificação .....	357
21.4.4	Apreender armas, munições e objetos destinados à prática de crimes.....	357
21.4.5	Descobrir objetos necessários à prova da infração ou à defesa do réu ou colher elemento de convicção.....	357
21.4.6	Apreender cartas.....	358
21.4.7	Apreender pessoas vítimas de crimes .....	358
21.5	Execução da medida.....	358

21.6	Estrutura da peça .....	360
21.6.1	Endereçamento .....	361
21.6.2	Preâmbulo.....	362
21.6.3	Síntese dos fatos .....	365
21.6.4	Dos fundamentos .....	366
21.6.5	Do(s) pedido(s) e fechamento .....	368
<b>22.</b>	<b>Prisão temporária .....</b>	<b>377</b>
22.1	Hipóteses de cabimento da prisão temporária .....	378
22.2	Análise dos requisitos para prisão temporária .....	379
22.2.1	Imprescindível para as investigações do inquirido policial ( <i>periculum libertatis</i> ) .....	379
22.2.2	Ausência de residência fixa e não fornecimento de elementos necessários ao esclarecimento da identidade do indiciado ( <i>periculum liberatis</i> ).....	380
22.2.3	Fundadas razões de autoria ou participação nos crimes previstos no rol da lei de prisão temporária ou crimes hediondos ou equiparados ( <i>fumus comissi delicti</i> ).....	380
22.2.4	Proporcionalidade da medida.....	383
22.3	Procedimento .....	384
22.3.1	Oitiva prévia do Ministério Público.....	385
22.4	Prazo.....	387
22.5	Direitos e garantias do preso temporário .....	388
22.6	Prisão temporária × prisão preventiva.....	388
22.7	Estrutura da peça .....	390
22.7.1	Endereçamento .....	392
22.7.2	Preâmbulo.....	393
22.7.3	Síntese dos fatos .....	395
22.7.4	Dos fundamentos .....	396
22.7.5	Do(s) pedido(s) e fechamento .....	398
<b>23.</b>	<b>Prisão preventiva.....</b>	<b>409</b>
23.1	Pressupostos para a decretação da prisão preventiva .....	412
23.1.1	<i>Fumus comissi delicti</i> .....	412
23.1.2	<i>Periculum libertatis</i> .....	412
23.1.3	Proporcionalidade .....	413
23.2	Requisitos para decretação da prisão preventiva.....	415

23.2.1	Garantia da ordem pública.....	415
23.2.2	Garantia da ordem econômica.....	417
23.2.3	Garantia de aplicação da lei penal.....	417
23.2.4	Conveniência da instrução criminal.....	418
23.2.5	Perigo gerado pelo estado de liberdade.....	419
23.3	Prisão com base no descumprimento de outras medidas cautelares.....	420
23.4	Hipóteses de cabimento da prisão preventiva.....	421
23.4.1	Crimes dolosos punidos com pena máxima superior a quatro anos.....	421
23.4.2	Investigado ou acusado condenado por outro crime doloso em sentença transitada em julgado, ressalvado o disposto no art. 64, inciso I, do Código Penal.....	422
23.4.3	Quando o crime envolver violência doméstica e familiar contra mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.....	422
23.4.4	Dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou não fornecimento de elementos suficientes para seu esclarecimento.....	424
23.5	Prisão preventiva e excludentes de ilicitude e culpabilidade.....	425
23.6	Prazo da prisão preventiva.....	425
23.7	Fundamentação da decisão que decreta a prisão preventiva.....	426
23.8	Estrutura da peça.....	428
23.8.1	Endereçamento.....	429
23.8.2	Preâmbulo.....	430
23.8.3	Síntese dos fatos.....	432
23.8.4	Dos fundamentos.....	433
23.8.5	Do(s) pedido(s) e fechamento.....	436
<b>24.</b>	<b>Internação provisória.....</b>	<b>449</b>
24.1	Medidas de proteção e medidas socioeducativas.....	450
24.2	Medida socioeducativa de internação.....	451
24.2.1	Modalidades de internação.....	451
24.3	Representação por internação provisória.....	452
24.3.1	Hipóteses de cabimento.....	453
24.3.2	Cautelaridade da medida.....	454
24.4	Estrutura da peça.....	455
24.4.1	Endereçamento.....	456

24.4.2	Preâmbulo.....	457
24.4.3	Síntese dos fatos.....	458
24.4.4	Dos fundamentos.....	459
24.4.5	Do(s) pedido(s) e fechamento.....	460
<b>25.</b>	<b>Medidas cautelares de caráter pessoal diversas da prisão.....</b>	<b>469</b>
25.1	Cláusula de reserva jurisdicional.....	470
25.1.1	Necessidade de manifestação da parte contrária antes de prolatar a decisão a respeito das medidas cautelares.....	471
25.2	Requisitos da medida cautelar.....	472
25.2.1	Requisitos genéricos das cautelares.....	472
25.3	Medidas cautelares em espécie.....	473
25.3.1	Comparecimento pessoal e periódico para justificar suas atividades....	473
25.3.2	Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações.....	474
25.3.3	Proibição de manter contato com pessoa determinada quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado dela permanecer distante.....	474
25.3.4	Proibição de ausentar-se da comarca quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução.....	474
25.3.5	Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos....	475
25.3.6	Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira quando houver justo receio de sua utilização para a prática de infrações penais.....	475
25.3.7	Internação provisória do acusado nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser inimputável ou semi-imputável (art. 26 do Código Penal) e houver risco de reiteração.....	475
25.3.8	Fiança.....	476
25.3.9	Monitoração eletrônica.....	477
25.4	Medidas cautelares de natureza pessoal diversas da prisão previstas na legislação especial.....	478
25.5	Poder geral de cautela do magistrado.....	479
25.6	Poder geral de representação do delegado de polícia.....	479
25.7	Estrutura da peça.....	479

25.7.1	Endereçamento .....	481
25.7.2	Preâmbulo.....	482
25.7.3	Síntese dos fatos .....	484
25.7.4	Dos fundamentos .....	485
25.7.5	Do(s) pedido(s) e fechamento .....	487
<b>26.</b>	<b>Interceptações de comunicações .....</b>	<b>493</b>
26.1	Sigilo constitucional das comunicações.....	493
26.2	Conceito de interceptação telefônica e ambiental .....	494
26.2.1	Interceptação, escuta e gravação telefônica.....	495
26.2.2	Interceptação, escuta e gravação ambiental .....	495
26.3	Interceptação telefônica .....	497
26.3.1	Diligência investigativa judicialmente condicionada .....	497
26.3.2	Requisitos para autorização da interceptação telefônica.....	498
26.3.3	Legitimidade.....	500
26.3.4	Necessidade de fundamentação e prazo da interceptação telefônica.....	500
26.4	Captação ambiental .....	501
26.4.1	Diligência investigativa judicialmente condicionada .....	502
26.4.2	Requisitos para a decretação da captação ambiental .....	503
26.4.3	Legitimidade.....	504
26.4.4	Local e forma de instalação dos meios eletrônicos de obtenção de prova.....	504
26.4.5	Prazo.....	505
26.4.6	Aplicação subsidiária das regras relativas a interceptações telefônicas .....	506
26.5	Requisição de informações acerca das Estações de Rádio Base (ERBS) .....	506
26.6	Estrutura da peça .....	507
26.6.1	Endereçamento .....	509
26.6.2	Preâmbulo.....	510
26.6.3	Síntese dos fatos .....	513
26.6.4	Dos fundamentos .....	514
26.6.5	Do(s) pedido(s) e fechamento .....	517
<b>27.</b>	<b>Infiltração de agentes.....</b>	<b>537</b>
27.1	Conceito de infiltração de agentes.....	539
27.2	Requisitos genéricos para a infiltração de agentes .....	540

27.2.1	Requerimento do Ministério Público ou representação do delegado de polícia .....	540
27.2.2	Prévia autorização judicial .....	542
27.2.3	Indispensabilidade da infiltração .....	542
27.2.4	Anuência do agente infiltrado.....	542
27.2.5	Medida sigilosa .....	543
27.2.6	Medida urgente.....	543
27.2.7	Alcance das tarefas dos agentes .....	544
27.2.8	Oitiva do Ministério Público ou do Delegado de Polícia.....	544
27.3	Infiltração de agentes na Lei de Organização Criminosa.....	545
27.3.1	Conceito de organização criminosa.....	545
27.3.2	Infiltração de agentes (Lei de Organização Criminosa) .....	546
27.3.3	Referência ao afastamento da responsabilidade criminal por eventuais condutas criminosas que o agente infiltrado possa cometer.....	548
27.4	Infiltração de agentes (Lei de Drogas – Lei nº 11.343/2006) .....	549
27.5	Infiltração de agentes (Lei de Lavagem de Capitais – Lei nº 9.613/1998) .....	550
27.6	Infiltração virtual de agentes .....	551
27.6.1	Infiltração virtual de agentes na Lei de Organização Criminosa.....	551
27.6.2	Representação por infiltração virtual de agentes – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).....	554
27.7	Estrutura da peça .....	557
27.7.1	Endereçamento .....	559
27.7.2	Preâmbulo.....	560
27.7.3	Síntese dos fatos .....	563
27.7.4	Dos fundamentos .....	564
27.7.5	Do(s) pedido(s) e fechamento .....	566
<b>28.</b>	<b>Representação por ação controlada.....</b>	<b>589</b>
28.1	Conceito.....	591
28.2	Técnica especial de investigação .....	592
28.3	Ação controlada na Lei de Organização Criminosa (art. 8º da Lei nº 12.850/2013).....	592
28.4	Ação controlada na Lei de Lavagem de Capitais (art. 1º, § 6º, da Lei nº 9.613/1998) .....	593
28.5	Ação controlada na Lei de Drogas – entrega vigiada (art. 53 da Lei nº 11.343/2006) .....	594
28.5.1	Representação por entrega vigiada.....	596
28.6	Estrutura da peça .....	597

28.6.1	Endereçamento .....	598
28.6.2	Preâmbulo.....	599
28.6.3	Síntese dos fatos .....	601
28.6.4	Dos fundamentos .....	602
28.6.5	Do(s) pedido(s) e fechamento .....	603
<b>29.</b>	<b>Colaboração premiada .....</b>	<b>609</b>
29.1	Conceito de organização criminosa .....	611
29.2	Conceito de colaboração premiada .....	612
29.3	Início das negociações e acordo de colaboração .....	614
29.4	Resultados da colaboração .....	615
29.5	Benefícios ao colaborador .....	616
29.6	Estrutura da colaboração premiada .....	617
29.7	Modelo de acordo de colaboração premiada .....	619
29.8	Representação por perdão judicial advindo de colaboração premiada.....	621
29.9	Estrutura da peça .....	622
29.9.1	Endereçamento .....	624
29.9.2	Preâmbulo.....	625
29.9.3	Síntese dos fatos e do acordo de colaboração .....	626
29.9.4	Dos fundamentos .....	627
29.9.5	Do(s) pedido(s) e fechamento .....	628
<b>30.</b>	<b>Representação por quebra de sigilo financeiro (bancário e bursátil) e fiscal.....</b>	<b>635</b>
30.1	Excepcionalidade das medidas investigativas relacionadas à quebra de sigilo .....	636
30.2	Representação por afastamento do sigilo financeiro .....	637
30.2.1	Fundamento legal para o acesso aos dados financeiros.....	638
30.3	Instituições financeiras.....	639
30.4	Requisitos da medida cautelar .....	640
30.5	Quebra de sigilo financeiro – bursátil.....	641
30.6	Quebra de sigilo fiscal .....	641
30.6.1	Fundamento legal para o acesso aos dados fiscais .....	641
30.6.2	Requisitos da medida cautelar .....	643
30.7	Estrutura da peça .....	644
30.7.1	Endereçamento .....	645
30.7.2	Preâmbulo.....	646

30.7.3	Síntese dos fatos .....	650
30.7.4	Dos fundamentos .....	651
30.7.5	Do(s) pedido(s) e fechamento .....	652
<b>31.</b>	<b>Representação por instauração de incidente de insanidade mental...</b>	<b>665</b>
31.1	Hipótese de cabimento.....	666
31.2	Legitimados .....	667
31.3	Cláusula de reserva jurisdicional.....	667
31.4	Requisitos genéricos das medidas cautelares .....	668
31.5	Estrutura da peça .....	669
31.5.1	Endereçamento .....	670
31.5.2	Preâmbulo.....	671
31.5.3	Síntese dos fatos .....	673
31.5.4	Dos fundamentos .....	674
31.5.5	Do(s) pedido(s) e fechamento .....	675
<b>32.</b>	<b>Medidas assecuratórias ou acautelatórias patrimoniais.....</b>	<b>685</b>
32.1	Hipoteca legal.....	685
32.2	Arresto.....	686
32.3	Sequestro de bens .....	686
32.4	Sequestro em delitos que resultem prejuízo à Fazenda Pública. Decreto-lei nº 3.240/1941 .....	689
32.5	Sequestro de bens na Lei nº 13.344/2016 (tráfico de pessoas).....	689
32.6	Medida assecuratória em investigação conduzida por CPI (Lei nº 13.367/2016) .....	691
32.7	Medidas assecuratórias na Lei nº 9.613/1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro).....	691
32.8	Medidas assecuratórias na Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006) .....	692
32.9	Estrutura da peça .....	695
32.9.1	Endereçamento .....	696
32.9.2	Preâmbulo.....	697
32.9.3	Síntese dos fatos .....	699
32.9.4	Dos fundamentos .....	700
32.9.5	Do(s) pedido(s) e fechamento .....	702
<b>33.</b>	<b>Relatório final.....</b>	<b>713</b>
33.1	Destinatário do inquérito policial .....	714
33.2	Conclusão das investigações .....	716

33.3	Estrutura da peça .....	717
33.3.1	Endereçamento .....	718
33.3.2	Preâmbulo.....	720
33.3.3	Sinopse dos fatos e investigações.....	721
33.3.4	Análise jurídica .....	722
33.3.5	Fechamento .....	722
<b>34.</b>	<b>Outras peças práticas.....</b>	<b>733</b>
34.1	Representação pela utilização de bem sequestrado, apreendido ou sujeito a medida assecuratória.....	733
34.2	Representação por identificação criminal .....	736
34.2.1	Conceito e previsão legal .....	736
34.3	Representação por produção antecipada de provas.....	740
	<b>Referências.....</b>	<b>743</b>